CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Empresários que prestaram serviço para gabinete de Mário Frias e ONG de Karina da Gama em SP são alvo da PF

André Feldman e Wemerson Marinho da Gama, ex-marido de Karina Ferreira da Gama, prestaram serviços para o Instituto Conhecer Brasil (ICB) e para o gabinete de Mário Frias (PL), em Brasília.

Fonte original: g1. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	g1 (g1.globo.com)
Autor	Não identificado
Data de publicação	10/09/2026 10:47
URL original	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/09/10/empresarios-que-prestaram-servico-para-gabinete-de-mario-frias-e-ong-de-karina-da-gama-em-sp-sao-alvo-da-pf.ghtml
Relevância	Alta · Política · Reportagem
Pessoas citadas	Mário Frias, Karina Gama, André Feldman, Flávio Dino, Ricardo Nunes, Débora Gomes Feldman, Jair Bolsonaro, Karina da Gama, Eduardo Bolsonaro, André Mendonça, Ricardo Sayeg
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Polícia Federal, Complexsys, Prefeitura de São Paulo, Supremo Tribunal Federal, Fastfuture Tecnologias Emergentes, Ministério Público de São Paulo, Academia Nacional de Cultura (ANC), Tribunal de Contas do Município, Prefeitura de SP, Banco Master
Data da coleta	29/09/2026 09:57
Situação	No ar · última verificação 15/10/2026 12:36
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Os empresários Wemerson Marinho da Gama, Karina da Gama e André Feldman, ligados ao Instituto Conhecer Brasil e também ao gabinete do deputado Mário Frias (PL). — Foto: Reprodução/Redes Sociais

• As duas empresas são dos empresários André Feldman e Wemerson Marinho da Gama, ex-marido de Karina Ferreira da Gama, a produtora do filme sobre Bolsonaro.

• Segundo o portal da Transparência da Câmara dos Deputados, a empresa Complexsys Soluções Integradas Ltda – de André Feldman – recebeu R$ 154 mil do gabinete de Frias entre

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

setembro de 2024 e abril de 2026, dinheiro da cota parlamentar.
• Conforme o g1 já publicou, Complexsys Soluções Integradas Ltda emitiu várias notas de prestação de serviço de auditoria dos pontos de wi-fi para o Instituto Conhecer Brasil (ICB), dono do contrato de wi-fi com a gestão municipal do prefeito Ricardo Nunes (MDB). (defesa/posicionamento)
• Além da Complexsys, a empresa Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda, da esposa de André Feldman – Débora Feldman – também emitiu notas fiscais para o ICB dentro do contrato milionário com a prefeitura da capital paulista. (defesa/posicionamento)
• Mário Frias, André Feldman, Wemerson Marinho da Gama e Débora Feldman são alvo de busca e apreensão nesta quinta (10) e estão no hall de 49 empresas e pessoas físicas investigadas no inquérito do Supremo Tribunal Federal (STF), sob tutela do ministro Flávio Dino.
• Por meio de nota, a Complexys - do empresário André Feldman, afirmou que "a operação da Polícia Federal vai comprovar, novamente, que os recursos recebidos pela empresa foram usados somente no contrato para manutenção da rede do Wi-Fi na cidade de São Paulo, sem qualquer vinculo com o financiamento para produção do filme, objeto de investigação". (defesa/posicionamento)



Imagem: reprodução / g1

RESUMO

As duas empresas são dos empresários André Feldman e Wemerson Marinho da Gama, ex-marido de Karina Ferreira da Gama, a produtora do filme sobre Bolsonaro. Mário Frias também é produtor-executivo do filme 'Dark Horse' e a empresária Karina da Gama prestou serviços de campanha para ele durante a eleição de 2022. Karina Gama, produtora do filme, e o deputado federal Mario Frias (PL-SP) são alvos da ação.

Os empresários Wemerson Marinho da Gama, Karina da Gama e André Feldman, ligados ao Instituto Conhecer Brasil e também ao gabinete do deputado Mário Frias (PL). — Foto: Reprodução/Redes Sociais

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

A Operação da Polícia Federal desta quinta-feira (10) que mira o financiamento do filme Dark Horse, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), também tem como alvos empresas que prestaram serviços ao gabinete do deputado federal Mário Frias (PL), em Brasília.

As duas empresas são dos empresários André Feldman e Wemerson Marinho da Gama, ex-marido de Karina Ferreira da Gama, a produtora do filme sobre Bolsonaro.

Mário Frias também é produtor-executivo do filme 'Dark Horse' e a empresária Karina da Gama prestou serviços de campanha para ele durante a eleição de 2022.

Segundo o portal da Transparência da Câmara dos Deputados, a empresa Complexsys Soluções Integradas Ltda – de André Feldman – recebeu R$ 154 mil do gabinete de Frias entre setembro de 2024 e abril de 2026, dinheiro da cota parlamentar.

Já a empresa GTrend – de Wemerson Marinho da Gama - recebeu R$ 115,6 mil do gabinete do deputado entre abril de 2023 e agosto de 2024.

Conforme o g1 já publicou, Complexsys Soluções Integradas Ltda emitiu várias notas de prestação de serviço de auditoria dos pontos de wi-fi para o Instituto Conhecer Brasil (ICB), dono do contrato de wi-fi com a gestão municipal do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Além da Complexsys, a empresa Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda, da esposa de André Feldman – Débora Feldman – também emitiu notas fiscais para o ICB dentro do contrato milionário com a prefeitura da capital paulista.

Já Wemerson Marinho da Gama era secretário-geral do ICB na época da assinatura do contrato para a prestação de serviços com a gestão Nunes, em junho de 2024, poucos meses antes da campanha municipal em que Nunes foi reeleito. Wemerson, por meio de nota, afirmou que investigação nao é condenação e que a "defesa está adotando as providências jurídicas cabíveis e prestará todos os esclarecimentos necessários exclusivamente pelos meios processuais adequados." (leia nota completa abaixo)

Mário Frias, André Feldman, Wemerson Marinho da Gama e Débora Feldman são alvo de busca e apreensão nesta quinta (10) e estão no hall de 49 empresas e pessoas físicas investigadas no inquérito do Supremo Tribunal Federal (STF), sob tutela do ministro Flávio Dino.

Karina da Gama é recebida pelo Prefeito Ricardo Nunes (MDB), em visita na sede da Prefeitura de SP, no Centro. — Foto: Reprodução/Redes Sociais

Em conversa com a GloboNews, o prefeito Ricardo Nunes negou que houvesse irregularidades no contrato do ICB com a gestão municipal.

“Foi aberta apuração na Controladoria [Geral do Município] logo no início. Até o momento nenhuma irregularidade no contrato com a prefeitura”, disse Nunes.

Por meio de nota, a gestão municipal também disse que " repudia qualquer tentativa de criar relações entre projetos e programas do Município e a produção cinematográfica do filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro".

"A administração municipal reitera que a obra não recebeu recursos municipais. A assinatura e execução do termo de colaboração firmado com o Instituto Conhecer Brasil (ICB) não têm qualquer irregularidade identificada", disse (veja a íntegra abaixo).

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Por meio de nota, a Complexys - do empresário André Feldman, afirmou que "a operação da Polícia Federal vai comprovar, novamente, que os recursos recebidos pela empresa foram usados somente no contrato para manutenção da rede do Wi-Fi na cidade de São Paulo, sem qualquer vinculo com o financiamento para produção do filme, objeto de investigação".

"A perícia independente, já anexada nos inquéritos policiais, também comprova que não existe nenhuma relação entre o contrato da empresa com a produtora Go UP", disse.

A operação da PF nesta quinta (10) foi autorizada pelo ministro do STF Flávio Dino e investiga os crimes de peculato (crime praticado por um funcionário público que se apropria de valores ou bens públicos em razão do cargo), falsidade documental, lavagem de dinheiro, organização criminosa, fraudes e crimes licitatórios.

Operação contra emendas de Dark Horse

A Polícia Federal cumpre 49 mandados de busca e apreensão nesta quinta-feira (10) em operação relacionada ao financiamento do filme "Dark Horse", que conta a história do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Karina Gama, produtora do filme, e o deputado federal Mario Frias (PL-SP) são alvos da ação. Duas entidades de propriedade de Karina também têm buscas de agentes da PF: o Instituto Conhecer Brasil (ICB) e a Academia Nacional de Cultura (ANC).

O caso está sob relatoria do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). O inquérito era de São Paulo e foi transferido para o STF. A operação não tem mandados de prisão, apenas de busca e apreensão. A empresa produtora do filme, Go Up, não está na mira dos mandados.

A operação desta quinta-feira foi deflagrada pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União (CGU) e foi batizada de "Make Up". A investigação apura um suposto esquema de desvio de recursos públicos provenientes de emendas parlamentares, informou a PF.

Segundo a investigação, uma organização criminosa formada por agentes públicos e privados teria direcionado recursos repassados a uma organização da sociedade civil para empresas subcontratadas irregularmente, sem comprovação de que os serviços foram efetivamente prestados.

A PF informa ter identificado movimentações de centenas de milhões de reais entre empresas ligadas ao esquema e afirma que as tentativas de ocultar os desvios continuaram até julho deste ano.

São investigados os crimes de peculato (desvio, por parte de um funcionário público, de bens e valores que ele tem acesso por conta do cargo que ocupa), falsidade documental, lavagem de dinheiro, organização criminosa e crimes licitatórios.

Auditoria da CGU apontou suspeita de desvio da emenda de R$ 2 milhões indicada por Frias para entidades de Karina, como gastos não comprovados.

Frias atua como roteirista e produtor-executivo da produção. Em maio, o parlamentar enviou uma manifestação ao STF na qual negou que as emendas enviadas para ONGs ligadas à produtora do filme de Bolsonaro tenham sido enviadas a "qualquer produção cinematográfica".

A defesa de Karina Ferreira da Gama informou que apresentou uma reclamação constitucional ao STF após a operação da Polícia Federal desta quinta-feira (10). Segundo o advogado Ricardo Sayeg, a medida não questiona o mérito da investigação e busca garantir o cumprimento de decisões da Presidência do STF e a competência do juiz natural.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

A defesa afirma ainda que Karina vinha colaborando espontaneamente com a investigação e entregou à PF, na última sexta-feira, mais de 20 mil páginas de documentos.

Investigações sobre 'Dark Horse' no STF

Há duas investigações em curso sob a supervisão de ministros do STF sobre o filme "Dark Horse" (termo em inglês para "azarão").

- O caso que está com Flávio Dino se concentra no possível uso irregular de emendas parlamentares e dinheiro público que chegou a entidades e empresas ligadas à produtora do filme.

- Um outro inquérito, sob a relatoria do ministro André Mendonça, examina os repasses feitos pelo ex-banqueiro preso Daniel Vorcaro, do Banco Master, a pedido do senador Flávio Bolsonaro (PL), candidato à Presidência, e o percurso desse dinheiro.

Karina Gama, produtora do filme 'Dark Horse', e o deputado Mario Frias (PL-SP) são alvos de ação da Polícia Federal, que cumpre mandados de busca nesta quinta-feira (10). — Foto: Reprodução e Câmara dos Deputados

Financiamento do filme

Em maio, o site Intercept Brasil revelou uma troca de mensagens e um áudio em que Flávio Bolsonaro cobrava dinheiro de Daniel Vorcaro, ex-dono do Banco Master, para financiar o filme sobre Jair. De acordo com a reportagem, Vorcaro pagou ao menos R$ 61 milhões em 2025.

O dinheiro, de acordo com o site, foi transferido para um fundo nos Estados Unidos administrado por um advogado ligado ao ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL), irmão de Flávio.

O ator norte-americano Jim Caviezel interpreta o ex-presidente Jair Bolsonaro no filme 'Dark Horse' — Foto: Reprodução

Contrato de Karina Gama com a Prefeitura de SP

O Instituto Conhecer Brasil, de Karina Gama, é investigado pelo Ministério Público de São Paulo e pela Polícia Civil. A entidade tem um contrato de R$ 108 milhões com a Prefeitura de São Paulo para a instalação de pontos de wi-fi gratuitos na periferia.

O contrato com a prefeitura previa a instalação de 5 mil pontos de wi-fi gratuito na periferia até junho de 2025, mas, até a presente data, apenas 3.200 foram instalados.

Ao menos três aditivos foram assinados, mudando a data de entrega total do serviço. O MP apura se não houve concorrência na contratação do instituto.

Delação homologada

Na quarta (9), o ministro André Mendonça homologou o acordo de delação premiada de Antonio Carlos Freixo Junior, conhecido como "Mineiro".

Mineiro é dono da Entre Investimentos, a empresa que, a mando de Vorcaro, fez repasses para o filme "Dark Horse". O dinheiro foi pedido ao ex-banqueiro por Flávio Bolsonaro.

🔎 A delação ou colaboração premiada é um meio de obtenção de provas nas investigações criminais. Nesse recurso, o investigado se dispõe a cooperar com o processo e a investigação. Em troca, o Estado pode dar benefícios a ele, como redução de pena em caso de condenação.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

O empresário afirmou em sua delação — assinada com a Procuradoria-Geral da República (PGR) em 8 de agosto — que era responsável por "gerar" dinheiro vivo para a equipe de Vorcaro. O dinheiro era entregue em malas e, segundo ele, seria usado para pagamentos de propina.

Como o blog revelou, Mineiro disse ainda que fez sete repasses, a título de "subscrições de cotas", para o fundo Havengate nos Estados Unidos. O fundo é administrado por Paulo Calixto, advogado do ex-deputado Eduardo Bolsonaro nos EUA.

As transações foram feitas de janeiro a setembro de 2025 e totalizaram US$ 12,333 milhões. Pela cotação de setembro de 2025, esse valor equivalia a R$ 62,8 milhões.

A subscrição de cotas é um processo em que um fundo emite novas cotas para aumentar seu patrimônio, recebendo aporte de investidores.

Flávio Bolsonaro vinha afirmando que o último pagamento de Vorcaro havia sido em maio de 2025. O pagamento de setembro, no valor de US$ 1,666 milhão, contraria essa afirmação.

A PF investiga se a totalidade do dinheiro foi usada no filme "Dark Horse", como afirmam Flávio Bolsonaro e a produtora Go Up, ou se uma parte foi destinada para outros fins — como bancar Eduardo Bolsonaro nos EUA.

Nota da Prefeitura de SP

"A Prefeitura de São Paulo repudia qualquer tentativa de criar relações entre projetos e programas do Município e a produção cinematográfica do filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. A administração municipal reitera que a obra não recebeu recursos municipais. A assinatura e execução do termo de colaboração firmado com o Instituto Conhecer Brasil (ICB) não têm qualquer irregularidade identificada.

O Programa Wifi Livre segue em pleno funcionamento na cidade com 3.200 pontos instalados e mais de 760 milhões de acessos registrados, conforme pode ser verificado no link. https://wifilivrecomunidades.org/sp. Atualmente, o custo de manutenção de cada ponto de Wi-Fi é de R$ 1.280,80, valor menor do que os praticados na gestão Haddad, quando cada ponto chegou a custar R$ 8.899,13. Vale destacar que o Tribunal de Contas do Município (TCM-SP) julgou irregular a execução do contrato de 2014 por falhas de autenticação, monitoramento e qualidade do serviço.

Em relação à parceria com o ICB, a Controladoria Geral do Município (CGM) acompanha as investigações desde as primeiras denúncias e instaurou procedimento em maio de 2026, que segue andamento".

O que diz a defesa de Wemerson da Gama

"Fui informado da existência da investigação e cumpri integralmente as determinações judiciais. A medida executada possui natureza cautelar e não representa denúncia, condenação ou reconhecimento de culpa.

Por respeito à investigação em curso e às determinações judiciais vigentes, não comentarei fatos atribuídos a terceiros, documentos, movimentações financeiras ou elementos ainda submetidos à apuração.

Minha defesa está adotando as providências jurídicas cabíveis e prestará todos os esclarecimentos necessários exclusivamente pelos meios processuais adequados. Permaneço à disposição das autoridades e confio que a apuração técnica e imparcial esclarecerá os fatos.

Solicito que eventual publicação registre corretamente minha condição jurídica, observando que investigação e busca e apreensão não equivalem a culpa ou condenação."

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Fonte original: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/09/10/empresarios-que-prestaram-servico-para-gabinete-de-mario-frias-e-ong-de-karina-da-gama-em-sp-sao-alvo-da-pf.ghtml · Coletado em 29/09/2026 09:57 · Gerado em 29/11/2026 01:09

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.